



| | |
|-------------------|--|
| Evento | Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS |
| Ano | 2013 |
| Local | Porto Alegre - RS |
| Título | Assistência Financeira da União nas redes públicas de ensino de Cachoeirinha e Sapucaia do Sul |
| Autor | VANESSA ROSA DA COSTA |
| Orientador | NALU FARENZENA |

Este estudo de Iniciação Científica (IC) visa compreender a representatividade da assistência financeira do governo da União na educação, entre 2006 e 2012, aos municípios de Cachoeirinha e Sapucaia do Sul, ambos localizados na região metropolitana de Porto Alegre. Esta investigação faz parte do Projeto de Pesquisa “Plano de Metas Compromissos Todos Pela Educação: análise e avaliação da política em redes públicas municipais brasileiras”. A responsabilização pela educação brasileira é compartilhada entre as três esferas de governo no país, sendo prioridade de atuação dos municípios a educação infantil e ensino fundamental, assim como, para os estados, o ensino fundamental e o ensino médio e, para a União, a organização e financiamento da rede pública federal de ensino e a prestação de assistência técnica e financeira aos estados e municípios, na perspectiva de equalização de oportunidades e garantia de padrão de qualidade do ensino. A perspectiva metodológica adotada foi a de estudo de caso em dois municípios, combinando o uso de dados quantitativos com análise qualitativa. A pesquisa envolveu três fases. A primeira delas abrangeu leitura e interpretação de documentos normativos e de referências de produção acadêmica sobre assistência técnica e financeira da União e financiamento da educação básica, cooperação governamental na educação básica, políticas e responsabilidades das esferas de governo no setor da educação. A segunda fase abrangeu levantamento e sistematização de informações estatísticas do IBGE (frequência à escola e taxas de alfabetização, de 2010) e do INEP (matrículas, por etapa e modalidade e por dependência administrativa, nos anos de 2001, 2006 e 2011). E na terceira fase são estudados dados das finanças municipais, referentes às receitas e aos gastos dos municípios, por meio da consulta à *liberação de recursos federais* e ao Sistema de Informação sobre os Recursos Públicos em Educação (Siope), ambos disponíveis no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na internet. O estudo ainda está em andamento, mas vários achados já se destacam, dos quais alguns são pontuados nesse resumo. No que diz respeito à oferta de educação municipal (matrículas), Cachoeirinha e Sapucaia do Sul têm atendimento significativo na rede pública municipal. Nos dois municípios, em 2011, toda a matrícula pública da educação infantil era municipal. Da matrícula pública do ensino fundamental, a rede municipal de Cachoeirinha abrangia 59% e a de Sapucaia abrangia 73%. Considerando a totalidade da matrícula pública na educação básica, a rede municipal era responsável por 48% em Cachoeirinha, enquanto que essa proporção era de 66% em Sapucaia do Sul. No que concerne à taxa de alfabetização das pessoas com 10 anos ou mais, de 2010, essa foi de 97,2% em Cachoeirinha e de 96,9% em Sapucaia do Sul, índices um pouco mais elevados que os da Região Sul (95,3%) e Rio Grande do Sul (95,8%). As taxas de frequência à escola, seja taxa de frequência líquida, seja taxa de atendimento escolar, nos dois municípios, evidenciam a necessidade de maior esforço na cobertura educacional, principalmente para a faixa etária de 0 a 3 anos de idade, pois a frequência à escola das crianças nessa faixa foi de apenas 28% em Cachoeirinha e de 15% em Sapucaia do Sul. No que diz respeito às receitas da educação, foi estimada a *receita disponível* para a educação em 2006 e 2011, considerando: 25% da receita de impostos; ganhos a maior do Fundef ou Fundeb; salário-educação; recursos do FNDE. Tanto em Cachoeirinha quanto em Sapucaia do Sul os recursos da assistência financeira da União (recursos do FNDE) representaram entre 8% e 9% da receita disponível. Nos dois municípios, os valores recebidos do FNDE em 2011 foram superiores aos de 2006, em torno de 30% a mais. Ou seja, o volume de recursos da assistência financeira aumentou, mas sua proporção na receita disponível permaneceu a mesma. Considerando os dois contextos municipais, a representatividade das transferências de recursos da União para a educação municipal pode ser considerada como pouco expressiva, embora agreguem recursos adicionais que são indispensáveis.